



Planners Auditores Independentes



ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

**Relatório de Auditoria do Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2012**



<u>ÍNDICE</u>	<u>FOLHA</u>
RESUMO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA	03
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	04
NOTAS DA AUDITORIA	06
1) CONSTITUIÇÃO JURÍDICA	06
2) REPRESENTAÇÃO LEGAL	07
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	08
4) IMPOSTO DE RENDA	08
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO	09
RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DE LEIS E REGULAMENTOS	09
RELATÓRIO DOS AUDITORES NA LÍNGUA INGLESA	10
ANEXOS	12



Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

RESUMO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA

1) Relatório do Balanço Patrimonial em 31/12/2012

Emitido relatório contendo: relatório sem modificações, demonstrações financeiras e notas explicativas.

2) Relatório de Controles Internos

Não encontramos evidências de erros que pudessem afetar materialmente as demonstrações financeiras do exercício de 2012.

3) Relatório de Observâncias de Leis e Regulamentos

Não foram encontradas irregularidades em relação ao cumprimento de leis, regulamentos e cláusulas de contratos.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À

**Diretoria e Membros do Conselho Fiscal da
Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.



Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião:

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

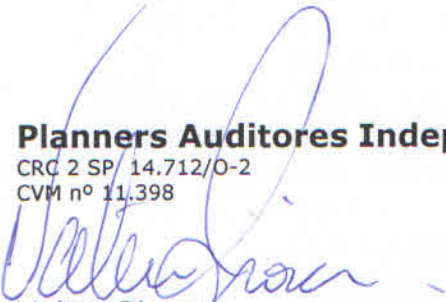
Outros Assuntos:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório, em 16 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 28 de março de 2013.

Planners Auditores Independentes

CRC 2 SP/ 14.712/O-2
CVM nº 11.398


Valter Piovam

Contador CRC 1SP146651/O-0
CNAI n.º 1.018



Fabio de Farias Vieira

Contador CRC 1SP218.852/O-0
CNAI nº 2.452



NOTAS DA AUDITORIA

1) CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

A **Ação Educativa – Assessoria Pesquisa e Informação** é pessoa jurídica de direito privado, constituída enquanto Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, com prazo de duração indeterminado, fundada em 7 de maio de 1994, sediada na Rua General Jardim, 660, Vila Buarque – CEP 01.223-010 – São Paulo – SP, Brasil, tem Foro no Município de São Paulo e está inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 00.134.362/0001-75.

A **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, de acordo com seus estatutos sociais, tem como finalidade institucional promover ações educativas e culturais, assim como subsidiar e apoiar instituições públicas ou privadas, centros de pesquisa, igrejas, movimentos e grupos. Para isso, poderá, atuando por si ou em cooperação com terceiros, no Brasil ou no exterior:

- (a) Realizar, promover ou divulgar levantamentos, estudos, pesquisas e atividades afins;
- (b) Realizar, promover ou participar de debates, conferências, seminários, congressos, cursos, mostras e atividades afins;
- (c) Conceder dotações, para indivíduos ou grupos, para apoiar projetos no âmbito de atuação da Associação;
- (d) Prestar assessoria, consultoria ou apoio técnico em planejamento, monitoramento, controle, avaliação e execução de projetos;
- (e) Manter serviços de documentação, informação e comunicação;
- (f) Editar, publicar, promover a venda e distribuir publicações, impressas ou em outros suportes, próprias ou de terceiros;
- (g) Produzir, editar, duplicar e distribuir obras audiovisuais, próprias ou de terceiros, registradas por meios magnéticos, químicos, digitais ou quaisquer outros, respeitados os direitos de autor;
- (h) Propor ações visando à defesa de direitos da população, no âmbito judicial ou administrativo;
- (i) Propor, apoiar ou desenvolver ações voltadas ao atendimento social de grupos empobrecidos;
- (j) Promover atividades educativas e culturais para adolescentes, jovens e adultos visando a sua inclusão social e profissional;
- (k) Promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos na área educacional e cultural;
- (l) Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação



- de conselheiros e lideranças populares;
- (m) Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.

2) REPRESENTAÇÃO LEGAL

A representação legal da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** é exercida por sua Diretoria e Procuradores, conferindo aos procuradores, poderes para em conjunto ou separadamente gerir e administrar da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, representá-la junto aos órgãos governamentais, bancos e demais entidades físicas ou jurídicas.

Eleição em 18/06/2010 – Triênio 2010/2013

A representação legal da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** é exercida por sua Diretoria e Procuradores, conferindo aos procuradores, poderes para em conjunto ou separadamente gerir e administrar da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, representá-la junto aos órgãos governamentais, bancos e demais entidades físicas ou jurídicas.

Representantes legais da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**:

Presidente:

Maria Machado Malta Campos
CPF: 043.022.228-91

Diretor Secretário:

Orlando Joia
CPF: 042.374.808-44

Diretor Financeiro:

Luciana Cesar Guimarães
CPF: 268.882.918-12

Conselho Fiscal:

Waldemir Bargieri
Tomás Carmona
Nilto Ignacio Tatto



3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil da **Ação Educativa** é terceirizada e elaborada por processamento eletrônico de dados. O Plano de Contas é geral e obedece aos itens orçamentários institucionais da Instituição. Os livros Diário e Razão, bem como os Balancetes e Balanço são emitidos a partir do sistema geral de contabilidade e englobam todas as atividades da instituição.

O registro de receitas e despesas é efetuado por regime de competência. No final de cada exercício os saldos dos recebimentos de projetos não realizados são transferidos como adiantamentos de projetos no passivo circulante. Para os projetos cujos recebimentos de entidades financiadoras tenham realização de gastos anteriores aos recebimentos dos recursos contratados, os valores são mantidos no ativo circulante.

4) IMPOSTO DE RENDA

A **Ação Educativa**, por sua finalidade, objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Regulamento do Imposto de Renda) aprovado pelo Decreto no. 3.000 de 26 de março de 1999, é isenta do Imposto de Renda. A entidade apresenta, anualmente, sua Declaração de Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, na forma da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal.



5) RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

Examinamos os controles internos da **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação** relacionados à contabilidade. O exame das propriedades de cada classe significativa de transação e os ativos com ela relacionados, objetivando considerar os tipos de erros e irregularidades que poderiam ocorrer na atividade analisada, determinar quais os procedimentos de controle internos que evitariam e detectariam tais erros e irregularidades; verificar se há prescrição tácita ou escrita para tais procedimentos de controle interno, e se eles estão sendo satisfatoriamente executados; e avaliar qualquer deficiência para determinar seu efeito sobre as demonstrações contábeis, a oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados, e as sugestões a serem feitas à entidade.

Examinamos, por meio de amostragem, a documentação de suporte de pagamentos relativa aos Projetos. Verificamos a legalidade da documentação, a integridade no registro no Razão, organização das notas e recibos com as respectivas cópias de cheques e somas internas e rotinas administrativas da **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação**. Não foram encontradas irregularidades que afetassem materialmente os registros.

Foram examinadas as cópias de cheques e os respectivos comprovantes de gastos, comparando-as com os registros no razão e nos extratos bancários. Não encontramos evidências que representassem fraqueza neste controle interno.

6) RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DE LEIS E REGULAMENTOS

Em nossa opinião, a **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação** não desobedeceu leis, regulamentos e cláusulas de contratos ou acordos de concessão que possam ter efeito direto e material sobre o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Superávit ou Déficit do Exercício de Janeiro a Dezembro de 2012.



**To the Quotaholders and Board of Directors of
Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação
São Paulo - Brasil**

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT

We have audited the accompanying financial statements of **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação**, which comprise the statement of financial position as at December 31, 2012, and the statement of surplus, statement of changes in equity and statement of cash flows for the year then ended, and a summary of significant accounting policies and other explanatory information.

Management's Responsibility for the Financial Statements

Management is responsible for the preparation and fair presentation of these financial statements in accordance with International Financial Reporting Standards, and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

Auditor's Responsibility

Our responsibility is to express an opinion on these financial statements based on our audit. We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing. Those standards require that we comply with ethical requirements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the financial statements are free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The procedures selected depend on the auditor's judgment, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the entity's preparation and fair presentation⁴ of the financial statements in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control.⁵ An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the financial statements.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.



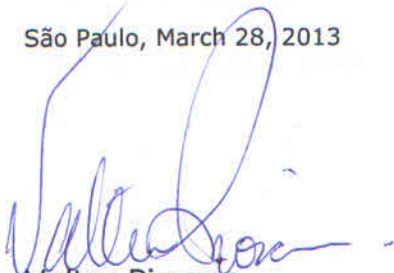
Opinion

In our opinion, the financial statements present fairly, in all material respects the financial position of **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação** as at December 31st, 2012, and its financial performance and its cash flows for the year then ended in accordance with Brazilian Financial Reporting Standards.

Others issues:

The financial statements at December 31st, 2011, presented for comparison purposes, were audited by us and, on them, we expressed an unqualified opinion thereon dated March 16th, 2012.

São Paulo, March 28, 2013


Valter Piovan
Accountant
CRC 1SP146651/O-0


Fabio de Farias Vieira
Accountant
CRC 1SP218852/O-0



ANEXOS

PÁGINA

➤	BALANÇO PATRIMONIAL	13
➤	DEMONSTRAÇÃO DOS (DÉFICIT'S)	14
➤	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	15
➤	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	16
➤	NOTAS EXPLICATIVAS	17

AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

CNPJ 00.134.362/0001-75

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em reais)

www.actioneducativa.org
Rua General Jordão, 400
São Paulo, SP, Brasil
01238-010
Fone/Fax 3151-2333**ação
educativa**

ATIVO	Nota Explicativa	2012	2011	PASSIVO	Nota Explicativa	2012	2011
CIRCULANTE:				CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.856.809,82	3.530.737,58	Fornecedores		47.289,81	36.003,27
Contas a receber		16.438,32	12.697,07	Salários e encargos sociais		326.464,13	312.640,55
Estoques	6	21.257,20	22.701,20	Impostos e taxas a recolher		107.866,98	12.330,11
Outros créditos		120.471,27	133.200,88	Outras Contas a pagar		49.381,04	153.280,07
				Adiantamentos de projetos	10	3.308.504,90	2.936.992,43
Total do ativo circulante		4.014.976,61	3.699.336,73			3.839.506,86	3.451.246,43
NÃO CIRCULANTE:				PATRIMÔNIO SOCIAL			
Realizável a longo prazo				Patrimônio Social	14	446.868,42	446.868,42
Depósitos Judiciais	7	34.392,73	34.392,73	Superávit Acumulado		684.071,86	814.021,90
Imobilizado	8	779.774,13	821.725,94	Superávit (déficit) do exercício		(109.063,49)	(129.950,04)
Intangível	9	32.240,18	26.731,31			1.021.876,79	1.130.940,28
Total do ativo não circulante		846.407,04	882.849,98				
TOTAL DO ATIVO		4.861.383,65	4.582.186,71	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		4.861.383,65	4.582.186,71

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maria Machado Malta Campos
MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
CPF: 043.022.228-91

Marcia Cristina Proença Patrício
MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
CRC.:TC 1SP 281261/P-4



AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
CNPJ 00.134.362/0001-75
DEMONSTRAÇÃO DOS (DÉFICIT'S) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em reais)

www.acaoeducativa.org
Rua General Jardim, 660
São Paulo - SP, Brasil
01223-010
Fones: 3151-2253

 **ação**
educativa

	Nota Explicativa	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL			
Financiamentos de projetos e doações	11	6.272.781,36	6.593.688,67
Vendas e serviços prestados		277.294,06	251.647,34
Direitos autorais		865.708,99	265.047,47
Locações e condomínios		107.447,00	134.124,76
Antecipações de Direitos Autorais		199.567,85	2.450,39
		7.722.799,26	7.246.958,63
DEDUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL			
(-) Impostos incidentes		(124.585,69)	(131.359,11)
		7.598.213,57	7.115.599,52
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Recursos Humanos	12	(3.290.017,70)	(3.116.356,73)
Despesas com Projetos	13	(3.846.343,13)	(3.690.885,57)
Despesas administrativas e gerais		(702.756,10)	(622.955,92)
Resultado financeiro líquido		149.027,55	179.309,90
Outras despesas/receitas		(17.187,68)	-
		(7.707.277,06)	(7.250.888,32)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Indenizações de Seguros		-	14.003,01
Baixa de Imobilizado a título de doação		-	(8.664,25)
		-	5.338,76
		(109.063,49)	(129.950,04)
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
CPF: 043.022.228-91
PRESIDENTE


MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
CRC.:TC 1SP 281261/P-4



AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORM
CNPJ 00.134.362/0001-75
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EM REAIS

Atuação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação
Rua (Deserto) Jardim, 660
São Paulo - SP, Brasil
01228-010
Fone/Fax 3151-2333

atuação
educativa

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	446.868,42	910.598,54	1.357.466,96
Ajustes de exercícios anteriores:			
Saldo do Projeto EED 2009	-	(93.002,18)	(93.002,18)
Outros ajustes	-	(3.574,46)	(3.574,46)
Déficit do exercício	-	(129.950,04)	(129.950,04)
Em 31 de dezembro de 2011	446.868,42	684.071,86	1.130.940,28
Superávit (Déficit) do exercício	-	(109.063,49)	(109.063,49)
Em 31 de dezembro de 2012	446.868,42	575.008,37	1.021.876,79

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
CPF: 043.022.228-91
PRESIDENTE


MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
CRC.:TC 1SP 281261/P-4



AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E
CNPJ 00.134.362/0001-75

www.acaodemonstracoes.com.br
Rua General Jordão, 400
Cidade: São Paulo - SP, Brasil
CEP: 01208-910
Fone: (11) 3131-5372

ação
educativa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
EM REAIS

ATIVIDADES OPERACIONAIS

- (Déficit) do exercício
- Ajustes Exercícios Anteriores

Despesas (RECEITAS) que não afetam o caixa:

- Depreciação e amortização
- Ajustes do imobilizado

Variação de ativos e passivos

- Contas a receber
- Estoques
- Outros créditos
- Fornecedores
- Salários e encargos sociais
- Impostos e taxas a recolher
- Outras contas a pagar
- Adiantamentos de projetos

CAIXA ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

- Aquisição de direitos do Imobilizado (Nota 8)
- Aquisição de direitos do Intangível (Nota 9)

CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

CAIXA ORIGINADO DAS ATIVIDADES

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: (Nota 5)

- (+) Saldo inicial
- (-) Saldo final

	2012	2011
	(109.063,49)	(129.950,04)
	-	(96.576,64)
	92.766,69	83.133,87
	-	8.664,25
	(3.741,25)	10.738,57
	1.444,00	723,00
	12.729,61	229.427,20
	11.286,54	2.688,16
	13.823,58	48.242,87
	95.536,87	(38.656,42)
	(103.899,03)	123.786,47
	371.512,47	912.958,58
CAIXA ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	382.395,99	1.155.179,87
	(45.290,62)	(90.995,52)
	(11.033,13)	(9.330,47)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(56.323,75)	(100.325,99)
CAIXA ORIGINADO DAS ATIVIDADES	326.072,24	1.054.853,88
	3.530.737,58	2.475.883,70
	3.856.809,82	3.530.737,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: (Nota 5)	326.072,24	1.054.853,88

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
CPF: 043.022.228-91
PRESIDENTE


MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
CRC.: TC 1SP 281261/P-4



Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituído enquanto sociedade civil sem fins lucrativos, e com prazo de duração indeterminado, fundada em 7 de maio de 1994. Encontra-se sediada na Rua General Jardim, 660 – CEP 01223-010 – São Paulo, SP, Brasil e Foro Município de São Paulo e está inscrita no CNPJ sob nº 00.134.362/0001-75. De acordo com seus estatutos, tem como finalidade institucional, promover ações educativas e culturais, assim como subsidiar e apoiar instituições públicas ou privadas, centros de pesquisa, igrejas, movimentos e grupos. Para isso poderá por si ou em cooperação com terceiros, no Brasil ou exterior: (a) Realizar, promover ou divulgar levantamentos, estudos, pesquisas e atividades afins; (b) Realizar, promover ou participar de debates, conferências, seminários, congressos, cursos, mostras e atividades afins; (c) Conceder dotações, para indivíduos ou grupos, para apoiar projetos no âmbito de atuação da Associação; (d) Prestar assessoria, consultoria ou apoio técnico em planejamento, monitoramento, controle, avaliação e execução de projetos; (e) Manter serviços de documentação, informação e comunicação; (f) Editar, publicar, promover a venda e distribuir publicações, impressas ou em outros suportes, próprias ou de terceiros; (g) Produzir, editar, duplicar e distribuir obras audiovisuais, próprias ou de terceiros, registradas por meios magnéticos, químicos, digitais ou quaisquer outros, respeitados os direitos de autor; (h) Propor ações visando à defesa de direitos da população, no âmbito judicial ou administrativo; (i) Propor, apoiar ou desenvolver ações voltadas ao atendimento social de grupos empobrecidos; (j) Promover atividades educativas e culturais para adolescentes, jovens e adultos visando a sua inclusão social e profissional; (k) Promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos na área educacional e cultural; (l) Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros e lideranças populares; (m) Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos conforme ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1409/12 de 21 de setembro de 2012 e demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Associação.

b) Apuração do superávit ou déficit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

c) Demais direitos e obrigações

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e/ou recebimento, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

O resultado do ajuste a valor presente dos direitos e obrigações circulantes não teve reflexo relevante motivo pelo qual não houve registro a esse título nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, conforme requerido pela Lei no 11.638/07.



d) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui depósitos bancários e aplicações financeiras registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e não excedem o valor de mercado.

e) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição. A entidade contabilizou as depreciações do ativo imobilizado calculando-as pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica do bem.

Os ativos permanentes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment). Nos exercícios de 2012 e 2011 não foram apuradas perdas dessa natureza.

4. Imposto de renda

A **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, por sua finalidade, objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Regulamento do Imposto de Renda) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, é isenta do imposto de renda.

A Entidade apresenta anualmente sua declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica na forma Normativa da Secretaria da Receita Federal.



5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa:		
Em moeda nacional	848,26	668,18
Em moeda estrangeira U\$D e Euro	-	7.415,96
Depósitos Bancários	<u>714.237,69</u>	<u>296.559,32</u>
	<u>715.085,95</u>	<u>304.643,46</u>
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional:		
Fundos de investimentos	1.153.501,71	539.813,66
Aplicações automáticas	418.619,06	58.602,99
Certificado de depósito bancário-CDB	1.349.170,65	2.229.749,22
Poupança	<u>220.432,45</u>	<u>397.928,25</u>
	<u>3.141.723,87</u>	<u>3.226.094,12</u>
	<u>3.856.809,82</u>	<u>3.530.737,58</u>

Os certificados de depósito bancário-CDBs, são emitidos por instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração de 95 a 97% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

As aplicações em fundos de investimento não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata.

A Administração da Entidade entende que o montante de caixa e equivalentes de caixa são suficientes pra o cumprimento de obrigações de curto prazo.

6. Estoque

Os estoques de publicações são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos valores de mercado.

7. Depósito judicial

O depósito judicial no valor de R\$ 34.392,73 do exercício de 2002, relativo aos autos de infração da Prefeitura Municipal de São paulo, continua pendente de julgamento pela Fazenda Pública Estadual.

Conforme posição dos assessores jurídicos da Entidade, a probabilidade de perda é remota.



8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

	Taxa de Depreciação Anual (%)	31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e Construções	25	789.595,30	(200.123,33)	589.471,97	621.055,80
Equipamentos de Processamento	5	310.360,85	(194.159,78)	116.201,07	114.420,44
Móveis e Utensílios	10	58.538,73	(39.755,33)	18.783,40	22.749,44
Máquinas e Equipamentos	10	51.096,96	(24.381,35)	26.715,61	27.068,97
Instalações	10	55.835,20	(28.459,81)	27.375,39	32.958,91
Biblioteca	10	22.568,21	(21.341,52)	1.226,69	3.472,38
Total		1.287.995,25	(508.221,12)	779.774,13	821.725,94

b. Movimentação do custo

	31/12/2011	31/12/2012		
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Edifícios e Construções	789.595,30	-	-	789.595,30
Equipamentos de Processamento	289.597,03	39.527,97	(18.764,15)	310.360,85
Móveis e Utensílios	58.674,43	1.155,30	(1.291,00)	58.538,73
Máquinas e Equipamentos	46.489,61	4.607,35	-	51.096,96
Instalações	55.835,20	-	-	55.835,20
Biblioteca	22.568,21	-	-	22.568,21
Total	1.262.759,78	45.290,62	(20.055,15)(*)	1.287.995,25

(*) Valores transferidos para conta de depreciação

9. Intangível

a. Composição dos saldos

	Taxa de Amortização Anual (%)	31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	-	8.790,52	-	8.790,52	8.790,52
Software	20	43.321,85	(19.872,19)	23.449,66	17.940,79
Total		52.112,37	(19.872,19)	32.240,18	26.731,31

b. Movimentação do custo

	31/12/2011	31/12/2012		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Marcas e patentes	8.790,52	-	-	8.790,52
Software	32.288,72	11.033,13	-	43.321,85
Total	41.079,24	11.033,13	-	52.112,37



10. Adiantamentos de Projetos

Valores relativos a financiamento de projetos, recebidos no exercício, para serem utilizados no exercício seguinte.

Fonte	2012	2011
Fundação Avina	13.347,21	76.981,40
Save the children	1.500,00	-
Campanha contra usinas nucleares	9.501,43	-
Heliópolis mais sustentável	7.163,29	-
Fundação Carlos Chagas	19.984,76	-
Proj. Fortalec. Inst.p/ incidência no proc. PNE-20	4.410,66	-
Fundo Reserva Rescisório	18.481,28	-
Kindernothilfe	24.107,79	27.693,69
Fundação Ford	29.601,37	36.375,69
UNICEF	-	91.867,28
SESI	-	611,83
Fundação CASA	512.583,93	137.586,97
INEP	35.969,38	264.594,12
Instituto C&A	668.432,33	110.383,96
Global - Campaign	-	22.148,36
UNESCO	5.340,66	58.019,28
Editora Global	66.367,96	448,61
Visa do Brasil	1.215,20	1.215,20
Instituto IBI	28.339,70	36.037,35
Centro Cultural da Espanha	-	10.665,68
Instituto Unibanco	3.524,76	56.878,96
Fundação Roberto Marinho	63.021,50	-
Prefeitura de Bebedouro	-	95.939,12
Fresce	92.054,32	73.884,47
Stiftung Open Society Institute	68.588,39	259.358,32
IBASE	186.348,92	30.324,50
Secretaria de Estado da Cultura	9.722,02	6.999,95
Coordenação de Juventude	38.679,92	20.490,38
FSM - Petrobrás	323.095,88	504.172,17
Fundo Institucional PNLD	1.055.290,58	981.480,88
Racional Engenharia	-	722,92
Outros	21.831,66	32.111,34
TOTAL	3.308.504,90	2.936.992,43



11. Financiamentos de projetos e doações

	<u>2011</u>	<u>2011</u>
Agências Internacionais de cooperação	1.594.618,76	2.595.463,03
Agências governamentais	3.133.509,49	2.050.812,95
Agências e organizações privadas	1.369.417,81	1.867.917,05
Doações e filiações	175.235,30	79.495,64
	<u>6.272.781,36</u>	<u>6.593.688,67</u>

12. Recursos humanos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remuneração	1.642.765,95	1.562.062,34
Encargos sociais	642.693,84	591.839,77
Benefícios	343.557,28	304.031,36
Férias e 13º salário	447.114,06	432.483,06
Estagiários	136.684,72	160.568,86
Outras despesas	77.201,85	65.371,34
Total	<u>3.290.017,70</u>	<u>3.116.356,73</u>

13. Despesas com projetos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços prestados Pessoa Jurídica	1.982.334,58	2.243.736,77
Serviços prestados Pessoa Física	224.432,56	299.692,34
Despesas com viagens	883.052,25	652.323,51
Despesas gráficas	138.719,37	98.255,76
Materiais didáticos e pedagógicos	120.575,41	94.805,74
Despesas de postagens	79.809,98	52.910,90
Dotações Pessoa Jurídica	153.200,33	22.656,50
Despesas com cópias e encadernações	49.528,12	58.530,87
Outras despesas com projetos	214.690,53	167.973,18
Total	<u>3.846.343,13</u>	<u>3.690.885,57</u>

14. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits ou reduzido pelos déficits, que são apurados anualmente desde a data de sua constituição.